

Público

12-05-2022

Periodicidade: **Diário**

Classe: **Informação Geral**

Âmbito: **Nacional**

Página(s): **1,20**

Caso BES

Juiz Ivo Rosa terá ajuda de três assessores jurídicos

Os autos do processo são compostos por 767 volumes, 1235 horas de gravações de áudio e quatro terabytes de ficheiros digitais **Sociedade, 20**

Ivo Rosa vai contar com a ajuda de três assessores jurídicos no caso BES

Mariana Oliveira

Juiz já teve apoio de um dos assessores por 15 dias e, neste momento, não tem ninguém a apoiá-lo porque ainda está a estudar o caso

O juiz Ivo Rosa vai contar com a ajuda de três assessores jurídicos da comarca de Lisboa no processo que visa apurar responsabilidades criminais no colapso do universo Espírito Santo, tendo um deles já assessorado o juiz durante duas semanas antes do magistrado ter estado de baixa.

A informação foi prestada ao PÚBLICO por fonte oficial da presidência da comarca de Lisboa, questionada sobre os meios solicitados por Ivo Rosa que já se queixou publicamente, tanto em despachos como em sessões de instrução, da falta de condições para decidir se "o maior e mais complexo [processo] alguma vez colocado pelos tribunais portugueses", nas palavras do magistrado, deve ou não seguir para julgamento e, se sim, relativamente a que arguidos e que imputações. "Os assessores devem trabalhar alternadamente no caso, mas também poderão fazê-lo em simultâneo", explica a mesma fonte.

Neste momento, a presidência da comarca garante que o juiz não está a ter apoio de qualquer um dos assessores, apenas porque se encontra numa fase em que ainda está a estudar os autos que são compostos – friso Ivo Rosa num despacho de 26 de Abril – por 767 volumes, 1235 horas de gravações áudio com interrogatórios de arguidos e depoimentos de testemunhas e um total quatro terabytes de ficheiros digitais. "Só para termos uma ideia aproximada, em termos de dimensão física do processo, equivale a seis vezes e meia a dimensão do processo Marquês", sublinhou o juiz do Tribunal Central de Instrução Criminal, num despacho.

Estes assessores são uma novidade nos tribunais judiciais apesar de a sua existência estar prevista há mais de uma década na legislação. Fazem parte de um rol de cerca de 23 técnicos superiores que foram recrutados pelo Conselho Superior da Magistratura (CSM) para integrarem os gabinetes de apoio das comarcas e começaram a trabalhar a 1 de Setembro passado. O primeiro concurso foi lançado em Dezembro de 2020 para recrutar 54 lugares exigindo-se aos candidatos licenciatura em Contabilidade e Finanças, Economia, Ciências Jurídicas ou Psicologia. Coube às comarcas definirem o tipo de perfil de assessor



O magistrado judicial Ivo Rosa vai beneficiar da ajuda dos novos assessores dos tribunais

Passos Coelho e Carlos Costa vão depor na instrução do BES

O ex-primeiro-ministro Pedro Passos Coelho e o antigo governador do Banco de Portugal, Carlos Costa, vão ser ouvidos na instrução do caso relativo ao colapso do Banco Espírito Santo. A inquirição de ambos está agendada para 30 de Junho, determinou um despacho do juiz Ivo Rosa, datado desta terça-feira. Passos Coelho foi arrolado pela defesa do ex-banqueiro Ricardo Salgado, que presidiu de 33 das 82 testemunhas apresentadas no requerimento de abertura de instrução (RAI), enquanto a audição de Carlos Costa foi determinada por vontade do próprio juiz.

Isto porque Salgado pretendia esclarecer junto de empresas sediadas nos Estados Unidos a disponibilidade destas para injectarem fundos privados no BES, duas a três semanas antes do Banco de Portugal avançar com a resolução da instituição de crédito, em Agosto de 2014. A defesa do antigo banqueiro recordava, no RAI, que, em 16 de Julho de 2014, segundo

informação do Wall Street Journal e da Bloomberg, o fundo Third Point LLC, respectivos veículos, entidades associadas ou parceiros estratégicos, reuniram com o Banco de Portugal e mostraram-se disponíveis para injectarem fundos privados no BES. "No entanto, o Banco de Portugal não viabilizou a possibilidade de investimento apresentada pela Third Point LLC e os respectivos parceiros estratégicos", destacou os advogados de Salgado.

Como o juiz considerou que a "morosidade previsível" do recurso aos mecanismos de cooperação judiciárias com os Estados Unidos não eram compatíveis com a finalidade da



instrução, optou por chamar Carlos Costa, que poderá depor sobre essas reuniões. Essa audição não era pedida pela defesa de Salgado, que, aliás, como a de vários arguidos, nomeadamente Amílcar Moraes Pires, responsabilizam o Banco de Portugal pelo colapso do BES.

No despacho, Ivo Rosa calendariza perto de 70 audições, a maioria referentes a testemunhas apresentadas por arguidos e assistentes que vão ser ouvidas entre 23 de Maio e 28 de Outubro. Marca ainda o interrogatório de dois arguidos: Paulo Ferreira e Nuno Escudeiro, que ocuparam cargos de chefia no departamento financeiro, de mercados e estudos do BES, liderado por Isabel Almeida, e alegadamente o epicentro da actividade criminosa no banco.

Entre o rol de 45 testemunhas apresentadas por Salgado que Ivo Rosa já agendou destacam-se nomes como o ex-ministro Eduardo Catroga, o economista Francisco Murteira Nabo, o empresário luso-angolano Hélder Bataglia e o sucessor de Salgado no BES, Vítor Bento.

que mais necessitavam, tendo os candidatos que apresentar um mínimo de quatro anos de experiência profissional em funções, cargos ou carreiras para cujo exercício fosse exigível uma licenciatura. Como perto de metade dos lugares não foram preenchidos, o CSM abriu, em Outubro passado, um novo concurso, desta vez para recrutar 30 assessores, estando a finalizar o procedimento, que, contudo, ainda não permitirá preencher todos os lugares disponíveis.

Estes assessores procedem à pesquisa de leis, sentenças, acórdãos e opiniões de especialistas necessárias à preparação das decisões judiciais; elaboram sumário das decisões para serem integrados em bases de dados que reúnam legislação, jurisprudência e doutrina com interesse científico; ajudam a organizar a biblioteca do tribunal, bem como a actualizar a informação contida na página de Internet das 23 comarcas.

Questionado pelo PÚBLICO, o CSM afirma que não recebeu, até ao momento, qualquer pedido de assessoria por parte de Ivo Rosa para o processo BES, que beneficiou da ajuda de uma colega na *Operação Marquês*, numa altura em que ainda não existiam assessores nas comarcas. "O Tribunal Judicial da Comarca de Lisboa já disponibilizou ao sr. juiz Ivo Rosa os serviços de assessoria jurídica desta comarca que se mostram necessários", afirma o órgão de gestão dos juizes, que, mesmo assim, garante estar "disponível para avaliar qualquer pedido de assessoria, caso esta venha a ser solicitada".

Em despachos, Ivo Rosa já frisou que não está em exclusividade no caso BES, lembrando que também tem a seu cargo a instrução do caso conhecido como O Negativo, no qual em pouco mais de um mês, no início deste ano, ouviu 36 testemunhas. Sobre esta questão, o conselho informa: "O pedido de exclusividade não foi objecto de qualquer reclamação por parte do sr. juiz Ivo Rosa, motivo pelo qual não será objecto de alteração".

O juiz queixa-se de contar "apenas" com o apoio de dois funcionários e de ter de recorrer a instalações alheias, com pouca disponibilidade, o que "condiciona bastante" o agendamento das sessões. O CSM diz estar a acompanhar a alegada falta de condições físicas das instalações, tendo "tomado diligências junto das entidades competentes no sentido de serem ultrapassados eventuais constrangimentos". Contactado pelo PÚBLICO, por email, o juiz não quis precisar que reforço de meios pediu, a quem se dirigiu e que respostas obteve.